

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
No exercício a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,9 milhão, Patrimônio Líquido de R\$ 45 milhões e Ativos Totais de R\$ 46,2 milhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2013		2012		PASSIVO
	2013	2012	2013	2012	
CIRCULANTE	46.114	44.198	46.114	44.198	CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	40	47	40	47	OUTRAS OBRIGAÇÕES
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					Sociais e Estatutárias (Nota 10d)
DERIVATIVOS (Nota 5a)	45.943	44.021	45.943	44.021	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)
Carteira Própria	45.943	44.021	45.943	44.021	Diversas (Nota 9b)
OUTROS CRÉDITOS	131	130	131	130	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Diversos (Nota 6)	131	130	131	130	OUTRAS OBRIGAÇÕES
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67	105	67	105	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)
OUTROS CRÉDITOS	67	105	67	105	Diversas (Nota 9b)
Diversos (Nota 6)	67	105	67	105	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERMANENTE	4	4	4	4	44.984
INVESTIMENTOS (Nota 7)	4	4	4	4	43.102
Outros Investimentos	4	4	4	4	Capital:
Provisões para Perdas	(43)	(43)	(43)	(43)	- De Domiciliados no País (Nota 10a)
TOTAL	46.185	44.307	46.185	44.307	Reservas de Lucros (Nota 10c)
					TOTAL
					46.185
					44.307

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	2º Semestre		Exercícios findos em		Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2013	2012	2013	2012			Legal	Estatutárias		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.023	3.577	2.023	3.577	Saldos em 30.6.2013	24.500	137	19.265	-	43.902
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	2.023	3.577	2.023	3.577	Lucro Líquido	-	-	-	1.092	1.092
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.023	3.577	2.023	3.577	Destinações: - Reservas	-	54	1.028	(1.082)	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(199)	(427)	(199)	(427)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(10)	(10)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(115)	(258)	(115)	(258)	Saldos em 31.12.2013	24.500	191	20.293	-	44.984
Despesas Tributárias (Nota 12)	(101)	(186)	(101)	(186)	Saldos em 31.12.2011	18.000	1.126	22.070	-	41.196
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	17	33	17	33	Aumento de Capital	4.300	-	(4.300)	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	-	(21)	-	(21)	Lucro Líquido	-	-	-	1.924	1.924
RESULTADO OPERACIONAL	1.824	3.150	1.824	3.150	Destinações: - Reservas	-	96	1.810	(1.906)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.824	3.150	1.824	3.150	- Dividendos Propostos	-	-	-	(18)	(18)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(732)	(1.250)	(732)	(1.250)	Saldos em 31.12.2012	22.300	1.222	19.580	-	43.102
LUCRO LÍQUIDO	1.092	1.900	1.092	1.900	Aumento de Capital	2.200	(1.126)	(1.074)	-	-
Número de cotas (Nota 10a)	24.500.000	24.500.000	24.500.000	24.500.000	Lucro Líquido	-	-	-	1.900	1.900
Lucro por lote de mil cotas em R\$	44,57	77,56	44,57	77,56	Destinações: - Reservas	-	95	1.787	(1.882)	-
					- Dividendos Propostos	-	-	-	(18)	(18)
					Saldos em 31.12.2013	24.500	191	20.293	-	44.984

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
	2º Semestre		Exercícios findos em		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012	2013	2012		2013	%	2012	%		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					1 - RECEITAS	2.040	106,0	3.594	107,7	3.555	105,8
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.824	3.150	1.824	3.150	1.1) Intermediação Financeira	2.023	105,1	3.577	107,2	3.543	105,5
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(17)	(17)	(17)	(17)	1.2) Outras	17	0,9	17	0,5	12	0,3
Reversão de Provisões Trabalhista	(17)	(17)	(17)	(17)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(115)	(6,0)	(258)	(7,7)	(196)	(5,8)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.807	3.133	1.807	3.133	Publicação	(50)	(2,6)	(142)	(4,2)	(143)	(4,2)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.703)	(1.922)	(1.703)	(1.922)	Serviços Técnicos Especializados	(39)	(2,0)	(56)	(1,7)	(33)	(1,0)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	26	32	26	32	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,4)	(13)	(0,4)	(12)	(0,4)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	2	-	2	-	Outras	(19)	(1,0)	(47)	(1,4)	(8)	(0,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106)	(1.232)	(106)	(1.232)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.925	100,0	3.336	100,0	3.359	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	26	11	26	11	4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.925	100,0	3.336	100,0	3.359	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.925	100,0	3.336	100,0	3.359	100,0
Dividendos Pagos	(18)	(18)	(18)	(18)	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	833	43,3	1.436	43,0	1.435	42,7
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos	(18)	(18)	(18)	(18)	Federais	633	43,3	1.436	43,0	1.435	42,7
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(7)	8	(7)	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.092	56,7	1.900	57,0	1.924	57,3
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	32	47	32	47	Dividendos	10	0,5	18	0,6	18	0,5
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	40	40	40	40	Lucros Retidos	1.082	56,2	1.882	56,4	1.906	56,8
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(7)	8	(7)							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM ou Instituição) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2013		2012			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Títulos para negociação (3):						
Letras financeiras do tesouro	-	478	2.813	19.370	22.661	19.595
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.785	1.785	1.098
Certificados de depósito bancários	1.222	990	34	-	2.246	2.263
Debêntures	-	26	142	3.207	3.375	2.069
Outros	-	1.538	6.612	3.289	11.439	6.479
Operações compromissadas	4.437	-	-	-	4.437	12.517
Total em 2013	5.659	3.032	9.601	27.651	45.943	45.943
Total em 2012	12.517	4.997	1.821	24.686	44.021	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 45.943 mil (2012 - R\$ 44.021 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
JAPIRA HOLDINGS S.A.	5
TIBRE DTVM LTDA	3



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 47
São Paulo, quarta-feira, 12 de março de 2014

Página 3

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de aplicações em fundos de investimento	3.577	3.543
Total	3.577	3.543

c) A Tibre DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Devedores por depósito em garantia	-	19
Créditos tributários (Nota 15c e d)	187	193
Impostos e contribuições a compensar	11	7
Outros	-	16
Total	198	235

7) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Investimentos por incentivos fiscais	46	46
Ações e cotas	1	1
Subtotal	47	47
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(43)	(43)
Total	4	4

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.069	1.062
Impostos e contribuições a recolher	18	11
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 15c)	-	2
Total	1.087	1.075

b) Outras obrigações - diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar	96	96
Provisões trabalhistas	-	16
Total	96	112

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Capital social no montante de R\$ 24.500 mil (2012 - R\$ 22.300 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 24.500.000 (2012 - 22.300.000) de cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2012	22.300.000	22.300
Aumento de capital com reservas - Alteração Contratual de 19.4.2013 (1)	2.200.000	2.200
Em 31 de dezembro de 2013	24.500.000	24.500

(1) Em 21 de maio de 2013 o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 1.126 mil e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 1.074 mil, com a criação de 2.200.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	20.484	20.802
- Reserva legal (1)	191	1.222
- Reserva estatutária (2)	20.293	19.580

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	1.900	1.924
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(95)	(96)
Base de cálculo	1.805	1.828
Dividendos propostos	18	18
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	0,73	0,81

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Publicações	142	143
Serviços técnicos especializados	56	33
Contribuição sindical	28	28
Serviços do sistema financeiro	13	12
Outros	19	8
Total	258	196

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	143	142
Contribuição ao PIS	23	23
Impostos e taxas	20	27
Total	186	192

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Atualização de impostos e contribuições	-	(21)
Reversão de outras provisões operacionais	17	33
Total	17	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresa coligada são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	40	47	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(18)	(18)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de sócio cotistas é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.150	3.167
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.260)	(1.267)
Outros valores	10	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.250)	(1.243)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social, devidos	(1.244)	(1.231)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	(6)	(12)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.250)	(1.243)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisões para perdas trabalhistas	6	-	(6)	-
Provisões para perdas de investimentos	68	-	-	68
Provisões para desvalorização de títulos patrimoniais	80	-	-	80
Outros valores	39	38	(38)	39
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 6)	193	38	(44)	187
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	2	-	(2)	-
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	191	38	(42)	187

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014	61	37	98
2015	29	17	46
2016	23	14	37
2017	4	2	6
Total (Nota 6)	117	70	187

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 179 mil (2012 - R\$ 186 mil).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Tibre DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pela CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A renovação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

d) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 24 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P028567/O-1 F SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

JAPIRA HOLDINGS S.A.	5
TIBRE DTVM LTDA	3

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 47
São Paulo, quarta-feira, 12 de março de 2014

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DO.online

Descubra 120 anos de história.
Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial,
disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave.
Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência
e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 02.820.001/15
Sede: Cidade de Deus - Prédio Praia - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,9 milhão, Patrimônio Líquido de R\$ 45 milhões e Ativos Totais de R\$ 45,2 milhões. Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2013	2012	
ATIVO			PASSIVO
CIRCULANTE	46.114	44.198	CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	40	40	OUTRAS OBRIGAÇÕES
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	45.943	44.021	Sociais e Estatutárias (Nota 10d)
Carteira Própria	45.943	44.021	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)
OUTROS CRÉDITOS	131	130	Diversas (Nota 9b)
Diversos (Nota 6)	131	130	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67	105	OUTRAS OBRIGAÇÕES
OUTROS CRÉDITOS	67	105	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)
Diversos (Nota 6)	67	105	Diversas (Nota 9b)
PERMANENTE	4	4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
INVESTIMENTOS (Nota 7)	4	4	Capital
Outros Investimentos	4	4	- De Domílicios no País (Nota 10a)
Provisões para Perdas	(43)	(43)	Reservas de Lucros (Nota 10c)
TOTAL	46.185	44.307	TOTAL

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro			Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais
	2013	2013	2012		Social	Legal	Estatutárias	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.023	3.577	3.543	Eventos				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	2.023	3.577	3.543	Saldos em 30.6.2013	24.500	137	19.265	43.902
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.023	3.577	3.543	Lucro Líquido	-	-	-	1.092
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(199)	(427)	(376)	Destinações - Reservas	-	54	1.028	(1.082)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(115)	(258)	(196)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(10)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(101)	(186)	(152)	Saldos em 31.12.2013	24.500	191	20.293	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	-	-	21	Saldos em 31.12.2011	18.000	1.126	22.070	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1.824	3.150	3.167	Aumento de Capital	4.300	-	(4.300)	-
Despesas Tributárias (Nota 12)	(115)	(258)	(196)	Lucro Líquido	-	-	-	1.924
Despesas Operacionais (Nota 13)	-	-	21	Destinações - Reservas	-	96	1.810	(1.906)
RESULTADO OPERACIONAL	1.824	3.150	3.167	- Dividendos Propostos	-	-	-	(18)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.824	3.150	3.167	Saldos em 31.12.2012	22.300	1.222	19.580	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(732)	(1.250)	(1.243)	Aumento de Capital	2.200	(1.126)	(1.074)	-
LUCRO LÍQUIDO	1.092	1.900	1.924	Lucro Líquido	-	-	-	1.900
Número de cotas (Nota 10a)	24.500.000	24.500.000	22.300.000	Destinações - Reservas	-	95	1.787	(1.882)
Lucro por lote de mil cotas em R\$	44,57	77,56	86,27	- Dividendos Propostos	-	-	-	(18)
				Saldos em 31.12.2013	24.500	191	20.293	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro			2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2013	2012		2013	2013	2012	%	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1- RECEITAS	2.040	106,0	3.584	107,7	3.555
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.824	3.150	3.167	1) Intermediação Financeira	2.023	105,1	3.577	107,2	3.543
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(17)	(17)	-	1.2) Outras	17	0,9	17	0,5	12
Reversão de Provisões Trabalhistas	(17)	(17)	-	2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(115)	(6,0)	(258)	(7,7)	(196)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.807	3.133	3.167	Publicação	(50)	(2,6)	(142)	(4,2)	(143)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(1.703)	(1.922)	(1.675)	Serviços Técnicos Especializados	(39)	(2,0)	(66)	(1,7)	(33)
Derivativos	(1.703)	(1.922)	(1.675)	Serviços de Sistema Financeiro	(17)	(0,4)	(19)	(0,4)	(12)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	26	32	6	Outras	(19)	(1,0)	(47)	(1,4)	(1,0)
Aumento/(Redução) em Outras Divergências	(10)	(10)	(10)	3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.925	100,0	3.336	100,0	3.359
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106)	(1.232)	(1.277)	4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.925	100,0	3.336	100,0	3.359
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	26	11	118	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	833	43,3	1.436	43,0	1.435
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				Federais	253	13,1	453	13,3	452
Dividendos Pagos	(18)	(18)	(78)	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.092	56,7	1.900	57,0	1.924
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos	(18)	(18)	(78)	Dividendos	10	0,5	18	0,6	18
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(7)	40	Lucros Retidos	1.082	56,2	1.882	56,4	1.906
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	32	47	7						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	40	40	47						
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(7)	40						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM ou Instituição) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para perdas por redução do seu valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.
- 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
 - a) Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
 - b) Ajuste de resultado**
O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta reductora das respectivas ativas e passivas. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.
 - c) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
 - d) Títulos e valores mobiliários - classificação**
Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
Títulos mantidos até o vencimento - aquisição financeira para com a intenção de manutenção financeira em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
 - e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda e contribuição social à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
- 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**
 - a) Classificação por categorias e prazos**

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Acima de 360 dias	Valor de mercado contábil (2)	Valor de mercado atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado contábil (2)	Marcação a mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
Títulos para negociação (3):									
Letras de tesouro nacional	-	478	2.813	19.370	22.661	-	-	19.995	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.785	1.785	-	-	1.098	-
Certificados de depósito bancários	1.222	990	34	2.246	2.246	-	-	2.263	-
Debêntures	-	26	142	3.207	3.375	-	-	2.069	-
Outros	-	1.530	6.612	3.289	11.439	-	-	6.479	-
Operações compromissadas	4.437	-	-	4.437	4.437	-	-	12.517	-
Total em 2013	5.659	3.032	9.601	27.651	45.943			44.021	
Total em 2012	12.517	4.997	1.821	24.686					

(1) As operações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem essas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreados às operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 45.943 mil (2012 - R\$ 44.021 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos valores sob sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preço para instrumentos com características semelhantes. No caso das operações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

	2013	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2012
Disponibilidades em moeda nacional		40	47
Total caixa e equivalentes de caixa		40	47

	2013	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2012
Outras obrigações - diversas			
Provisão para pagamentos a efetuar		96	96
Provisões trabalhistas		96	112
Total		192	208
10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		22.300.000	22.300.000
Capital social no montante de R\$ 24.500 mil (2012 - R\$ 22.300 mil), totalmente subscrito e integralizado e composto por 24.500.000 (2012 - 22.300.000) de cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.		2.200.000	2.200.000
Reservas de lucros		20.884	20.884
- Reserva legal (1)		191	1.222
- Reserva estatutária (2)		19.693	19.580
Total		44.021	44.021

(1) Em 21 de maio de 2013 o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 1.126 mil e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 1.074 mil, com a criação de 2.200.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financeiros S.A.

(2) Reserva de lucros

	2013	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2012
Reservas de lucros			
- Reserva legal (1)		20.884	20.884
- Reserva estatutária (2)		191	1.222
- Reserva estatutária (3)		19.693	19.580
Total		20.884	20.884

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado;

(3) Dividendos e juros sobre o capital próprio

(4) Dividendos e juros sobre o capital próprio são distribuídos a cada exercício, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	2013	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2012
Lucro líquido		1.900	1.924
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro		(95)	(96)
Saldo disponível para distribuição		1.805	1.828
Dividendos propostos		18	18
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado		1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas		0,73	0,81

continua...

continuação

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 02.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Freguesia Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Publicações	142	143	
Serviços técnicos especializados	56	56	
Contribuição sindical	28	-	
Serviços do sistema financeiro	13	12	
Outros	19	19	
Total	258	196	

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Contribuição à COPSINS	143	142	
Contribuição ao PIS	23	23	
Impostos e taxas	20	27	
Total	186	192	

13) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Atualização de impostos e contribuições	-	(21)	
Reversão de outras provisões operacionais	17	33	
Total	17	12	

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Ativos (passivos)	40	47	
Receitas (despesas)	(18)	(18)	

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.150	3.167	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.250)	(1.257)	
Outros valores	10	10	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.250)	(1.243)	

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Impostos correntes			
Imposto de renda e contribuição social, devidos	(1.244)	(1.231)	
Impostos diferidos			
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias	(6)	(12)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.250)	(1.243)	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Administradoras da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,



Sugiro que faça essa pregação de boas maneiras à presidente Dilma. Foi ela quem chamou a oposição de caras de pau.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

PSB quer formalizar chapa com Marina em março

Depois de deixar governo, Campos deve visitar ao menos 250 das 400 grandes cidades com Marina.

A formalização da chapa do PSB para a eleição presidencial deste ano com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e a ex-senadora Marina Silva deve acontecer em março, apesar de ainda haver resistências a esse anúncio nos partidários de Marina, que articulam a criação da Rede Sustentabilidade.

O líder do PSB na Câmara, Beto Albuquerque (RS), disse que a formalização deve ocorrer até o final deste mês, antes do prazo de desincompatibilização imposto pela lei eleitoral, em 4 de abril. "A Marina e o Eduardo se reuniram neste fi-

dal de semana e acertaram os detalhes. Ainda não consegui falar com ele, mas a formalização da aliança será antes do prazo de desincompatibilização, ainda em março", disse ele. A Assessoria de Marina nega que a data esteja definida.

Segundo Albuquerque, logo após Campos deixar o governo pernambucano, tentará percorrer com Marina pelo menos 250 cidades das 400 que concentram percentual maior do eleitorado até o início da campanha eleitoral no rádio e na televisão.

"Há 400 cidades que agregam cerca de 85% do eleitorado brasileiro. Vamos focar nes-

as, apesar de as pesquisas mais recentes demonstrarem que o desempenho da aliança entre os dois é melhor quando Marina é a candidata e Campos fica como vice na chapa. Mas essa possibilidade está descartada.

"Nos pesquisas em São Paulo, quando são apresentadas as chapas, não apenas o nome do candidato, nós ficamos à frente do Aécio (Neves, provável candidato do PSDB à Presidência)", disse Albuquerque.

Nessas simulações (em SP) Albuquerque disse que Marina lidera com 37%; Campos ficaria em 2º lugar com 25%; e Aécio em 3º, com 20%. (Reuters)

POLÍCIA FEDERAL PODE PARAR NA COPA

Um grande elefante branco inflável é mais uma vez o símbolo dos protestos de policiais federais em todo o País. Em frente à sede da PF no Rio, na Praça Mauá, dezenas de profissionais participaram de manifestação ontem por melhores condições de trabalho, reestruturação das carreiras e modernização dos



PROTESTO LEVANTA DÚVIDAS - O publicitário Zeca Valadares e seu filho Carlilhos protestaram ontem contra o pré-candidato Aécio Neves (PSDB-MG) em frente ao Planalto.

Petista diz que Campos baixa nível

Líder do PT no Senado diz que governador não pode "assumir como suas" obras com o governo federal.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE) rebateu ontem as críticas do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), à presidente Dilma Rousseff.

O petista subiu à tribuna do Senado para acusar Campos de reduzir o nível do debate político e não reconhecer os benefícios impostos pelo governo federal ao Estado.

Provável adversário de Dilma na disputa à Presidência da República, Campos é ex-alçado do governo.

Costa apresentou uma lista de obras executadas pelo go-

verno federal em Pernambuco, que, segundo ele, não são reconhecidas por Campos.

"Me causa imensa estranheza que o candidato do PSB, que ajudou a eleger Dilma e integrou o governo federal, venha com ataques à presidenta. Isso é de um contrassenso, é de uma incoerência gritante e nos obriga a restabelecer a verdade dos fatos e alertar aos brasileiros sobre essa prática equivocada".

Costa disse que Campos não pode "assumir como suas" obras feitas em parceria com o governo federal. "Nós não somos contra a existência da oposição, muito pelo contrário. O povo brasileiro deseja oposição que critique, seja dura, mas que seja também po-



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)